

Collares apóia proposta de Collor

por Milton Wells
de Porto Alegre

O governador Alceu Collares, do Rio Grande do Sul, disse ontem a este jornal que está disposto a apoiar a revisão constitucional a ser proposta pelo presidente Fernando Collor de Mello em troca da renegociação da dívida dos estados. Ressalvou, no entanto, que os governadores não vão abrir mão dos recursos conquistados por meio da reforma tributária. "O apoio integral vai depender dos termos da reforma", assinalou Collares, informando que vários governadores estão fazendo um levantamento de diversos itens da Constituição.

O governador gaúcho disse que a renegociação da dívida dos estados, em estudos pelo governo federal, coincide com a proposta do Rio Grande do Sul de federalização dos débitos estaduais. Afirmou que isso é essencial, na medida em que são dívidas acumuladas

entre 20 e 30 anos, cujo pagamento, em um mandato apenas, sacrificaria os maiores devedores, principalmente São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. "Esses quatro estados têm uma participação de 80% no Produto Interno Bruto (PIB) e uma dívida de Cr\$ 2,3 trilhões. Se nós fôssemos pagar mensalmente esses débitos — dívidas mobiliárias, por contratos e externas — teríamos de desembolsar Cr\$ 50 bilhões", disse ele. "Isso significa que não teríamos a mínima possibilidade de investir, o que afetaria o desenvolvimento econômico do país."

De acordo com o cronograma da dívida total da administração direta, o Rio Grande do Sul possui um débito de Cr\$ 733,6 bilhões, a valores de 30 de abril de 1991. Desse montante, a dívida interna, por contrato e de títulos mobiliários no mercado, atinge a Cr\$ 516,9 bilhões. A dívida externa

soma Cr\$ 120,8 bilhões e a de funcionamento (pessoal e fornecedores) é de Cr\$ 95,8 bilhões.

Sobre as exigências da União para que o acordo seja concretizado, relativas à contenção de despesas por parte dos estados, Collares disse que não há nem um governador no país que não esteja fazendo esforço para não gastar. "No Rio Grande do Sul estamos implementando uma reforma administrativa, cuja meta é reduzir em 20% as despesas com a folha de pagamento ainda neste ano", observou o governador, que reuniu ontem sua equipe de secretários justamente para avaliar o estágio da reforma.

Atualmente o comprometimento das receitas líquidas do estado com a folha de pagamento, segundo números oficiais, corresponde a 75%. Em média a arrecadação mensal é de Cr\$ 90 bilhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Paraná deve US\$ 1,4 bilhão

por Nilson Monteiro
de Curitiba

O pagamento do serviço da dívida pública do Paraná representa, neste mês, 8% da receita total do estado, de Cr\$ 52 bilhões. De janeiro a julho deste ano, esse pagamento não representou 5% da receita mensal total do Paraná, segundo o diretor-geral da Secretaria do Estado da Fazenda, Nestor Bueno, que define seu estado como "privilegiado, com as dívidas sob absoluto controle".

As dívidas do Paraná, tanto a externa quanto a interna, foram "muito bem contratadas", segundo a avaliação de Bueno, que re-

laciona na mesma situação os estados do Ceará e do Espírito Santo. Em outubro e novembro próximos, ele informa, o pagamento do serviço da dívida, de acordo com o cronograma, evoluirá para cerca de 20% na receita total do estado. "Isso foi definido por negociações anteriores, dentro da programação dos dispêndios da dívida", diz Bueno.

O Paraná deve, em valores atuais (incluindo juros e encargos), US\$ 1,4 bilhão em dívida interna, com prazo de até o ano de 2017 para saldar. E deve também US\$ 850 milhões, para organismos externos, com prazo de quinze anos para pagar.